Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal Pleno

ACÓRDÃO - AC00 - 2146/2024

PROCESSO TC/MS	: TC/2508/2024
PROTOCOLO	: 2317647
TIPO DE PROCESSO	: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GESTÃO
ÓRGÃO	: CÂMARA MUNICIPAL DE CASSILANDIA
JURISDICIONADO	: ARTHUR BARBOSA DE SOUZA FILHO
RELATOR	: CONS. SUBS. LEANDRO LOBO RIBEIRO PIMENTEL

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GESTÃO. CÂMARA MUNICIPAL. CONTAS REGULARES. QUITAÇÃO.

É declarada a regularidade da prestação de contas anuais de gestão, nos termos do art. 59, I, da LCE n. 160/2012.

ACÓRDÃO

Vista, relatada e discutida a matéria dos autos, na 25ª Sessão Ordinária Presencial do Tribunal Pleno, realizada em 4 de dezembro de 2024, ACORDAM os Senhores Conselheiros, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, julgar a prestação de contas de gestão, exercício de **2023**, da **Câmara Municipal de Cassilândia**, responsabilidade do Presidente **Arthur Barbosa de Souza Filho**, como **contas regulares**, nos termos do art. 59, I, da Lei Complementar n. 160/2012; dar **quitação** ao Presidente Arthur Barbosa de Souza Filho, quanto às contas de gestão 2023, da Câmara Municipal de Cassilândia, nos termos do art. 59, § 1º, I, da Lei Complementar n. 160/2012; e **comunicar** o resultado deste julgamento aos interessados nos termos do art. 50, inc. I da Lei Complementar Estadual n. 160/2012, para os fins do artigo 5º, inciso LV da Carta Magna.

Campo Grande, 4 de dezembro de 2024.

Conselheiro Substituto **Leandro Lobo Ribeiro Pimentel** – Relator

(Ato convocatório n. 02/2023)

RELATÓRIO

O Exmo. Sr. Conselheiro Substituto Leandro Lobo Ribeiro Pimentel – Relator

1– RELATÓRIO

Trata-se das Contas de Gestão da Câmara Municipal de Cassilândia, exercício financeiro de 2023, de responsabilidade do Presidente *Arthur Barbosa de Souza Filho*, cujos documentos foram remetidos a esta Corte de Contas através do ofício de f. 2, dentro do prazo regimental, e protocolado em 26/03/2024.

1.1 Da manifestação técnica

A Divisão de Fiscalização de Contas de Governo e de Gestão elaborou a Análise de n. 10746/2024, f. 284/295, e com base nos procedimentos adotados, concluiu que a prestação de contas está em conformidade com os critérios aplicados e propôs encerrar a instrução processual.

1.2 Do Parecer do Ministério Público de Contas

Na mesma linha, o Ministério Público de Contas emitiu o Parecer n. 13640/2024 (f. 298/302), no qual acompanhou a análise técnica, visto que a prestação de contas está com todos os documentos contábeis obrigatórios que indicam os resultados do exercício financeiro.

Em consequência, a conclusão apresentada foi pelo julgamento das contas como regulares.

Encerrada a fase de instrução processual, passo a apresentar as razões do voto.

É o relatório.

VOTO

O Exmo. Sr. Conselheiro Substituto Leandro Lobo Ribeiro Pimentel – Relator

2 – DAS RAZÕES À PROPOSTA DO VOTO

Como relatado, este processo foi autuado em decorrência da apresentação das Contas de Gestão da Câmara Municipal de Cassilândia, exercício financeiro de 2023, de responsabilidade do Presidente *Arthur Barbosa de Souza Filho*.

Conforme consta dos autos, os documentos foram encaminhados a este Tribunal de Contas dentro do prazo regimental, e a equipe técnica em sua análise concluiu que a prestação de contas está em conformidade com os critérios aplicados.

Bem como, o Ministério Público de Contas concluiu pelo julgamento da prestação de contas como regulares.

No caso, verificou-se que a execução orçamentária, financeira e patrimonial da unidade gestora foi demonstrada nas peças e anexos que compõem a presente prestação de contas, estando os resultados do exercício devidamente evidenciados e os dados escriturados comprovados pelos documentos acostados nestes autos, possibilitando a confrontação das informações.

Por essas razões o julgamento a ser proposto será pela regularidade das contas apresentadas, conforme segue.

DISPOSITIVO

3 – DO VOTO

Subsidiado pela análise técnica, acolho o parecer do Ministério Público de Contas e voto:

3.1 Pelo julgamento da Prestação de Contas de Gestão, exercício de 2023, da **Câmara Municipal de Cassilândia**, responsabilidade do Presidente *Arthur Barbosa de Souza Filho*, como **CONTAS REGULARES**, nos termos do art. 59, I, da Lei Complementar n. 160/2012;

3.2 Pela **QUITAÇÃO** ao Presidente *Arthur Barbosa de Souza Filho*, quanto às contas de gestão 2023, da Câmara Municipal de Cassilândia, nos termos do art. 59, § 1º, I, da Lei Complementar n. 160/2012;

3.3 Pela **COMUNICAÇÃO** do resultado deste julgamento aos interessados nos termos do art. 50, inc. I da Lei Complementar Estadual n. 160/2012, para os fins do artigo 5º, inciso LV da Carta Magna.

DECISÃO

Como consta na ata, a decisão foi por unanimidade, firmada nos termos do voto do Relator, pela regularidade da prestação de contas de gestão e pela quitação ao jurisdicionado.

Presidência do Exmo. Sr. Conselheiro Jerson Domingos.

Relatoria do Exmo. Sr. Conselheiro Substituto Leandro Lobo Ribeiro Pimentel.

Tomaram parte no julgamento os Exmos. Srs. Conselheiros Marcio Campos Monteiro, Flávio Kayatt e os Exmos. Srs. Conselheiro Substitutos Patrícia Sarmento dos Santos e Célio Lima de Oliveira.

Presente o Exmo. Sr. Procurador-Geral do Ministério Público de Contas, João Antônio de Oliveira Martins Júnior.

Campo Grande, 4 de dezembro de 2024.

Conselheiro Substituto **LEANDRO LOBO RIBEIRO PIMENTEL**

Relator (Ato convocatório n. 02/2023)

DAA/MFGM